

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Renegociação ampla

A pesar dos desmentidos comedidos do presidente do Banco Central, provavelmente com o propósito de não criar mais obstáculos ao fechamento das negociações com os credores, para este e o próximo ano, afirma-se nos altos escalões da administração federal que, concluída essa fase das negociações em curso com o Fundo Monetário Internacional - FMI - e com a comunidade financeira, o Governo procuraria encaminhar uma renegociação ampla da dívida externa com os credores.

É provável que esse passo esteja sendo cautelosamente preparado pelo atual Governo, como forma de entregar ao seu sucessor, em março de 1985, um balanço de pagamentos estruturado, sem os sobressaltos da iliquidez externa, as pressões dos credores para receber pagamentos atrasados, e a economia afetada pela compressão violenta das importações. Admite-se que essa nova e definitiva fase da renegociação da dívida externa brasileira esteja aguardando, também, os movimentos iniciais do presidente eleito da Argentina, Raul Alfonsín, cuja disposição, a julgar pelas declarações de seus auxiliares diretos, é de promover uma ampla renegociação política da dívida externa argentina de US\$ 40,0 bilhões.

Seja como for, ninguém alimenta a menor dúvida sobre a necessidade de se buscar uma alternativa viável e socialmente digerível, para o processo de financiamento da dívida externa brasileira. É verdade que estamos em vias de montar um esquema aparentemente factível de financiamento de nosso débito externo até o final do próximo ano, montado num superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões, na limitação do déficit em conta-corrente em US\$ 6,0 bilhões e na rolagem de US\$ 5,5 bilhões de amortizações.

A questão, no entanto, é saber se o mesmo será possível fazer nos anos seguintes a partir de 1985, quando estão previstos enormes pagamentos de aportizações, com US\$ 9,2 bilhões em 1985, US\$ 11,4 bilhões em 1986; US\$ 11,6 bilhões em 1987 e US\$ 10,7 bilhões em 1988, débitos que continuarão crescendo, em face da evolução da dívida de longo prazo, que ao final do próximo ano deverá superar a marca dos US\$ 100,0 bilhões.

Essa renegociação só teria sentido se os bancos internacionais transformassem o valor dos pagamentos de juros devidos em novos empréstimos a taxas prefixadas, evitando que um grande volume de operações seja classificado como "non performing loans" ou créditos em liquidação em seus balanços, consoante propostas que ultimamente têm surgido de vários setores, inclusive de pessoas que, em outros tempos, tiveram responsabilidade de negociação externa e conhecem bem a realidade do mercado financeiro internacional.

Evidentemente, uma renegociação nesse nível afasta, de plano, a idéia de moratória unilateral, que tem sido pregada mais como posição ideológica do que racionalidade econômica e política. A inclusão dos juros na renegociação de longo prazo, como vem sustentando o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que até recentemente esteve à frente das negociações com os credores internacionais, parece ser a única alternativa capaz de evitar que o País se submeta, permanentemente, a um penoso e humilhante processo de negociação de praticamente cada crédito vencido, e possa respirar para voltar a crescer. Esta é, aliás, a única forma capaz de assegurar o pagamento da dívida, e a maior garantia que pode ser dada aos preocupados credores internacionais.

MILANO LOPES